

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

COLEGIADO E INTER-GTS

22-10 – PAUTA: Orçamento 2009

Participantes: Anamaria Schindler, Carmem Cecília (Caci), Georges Winnik, Gilberto de Palma, Gustavo Cherubine, Jaime Crowe, José Roberto Bellintani, Luiz Antonio de Souza Amaral, Maria Alice Nassif, Tião Soares, Padre Ticão, Maurício Piragino (Xixo), Odilon Guedes, Pedro Pontual, Adriana Alvarenga, Álvaro Pureza, Samantha Neves, Flávio Munhoz, Carlos Vaz, Cícero Yagi, Isis de Palma, Airton Góes, Maurício Broinizi, Oded Grajew, Luanda Nera, Zuleica Goulart

Apresentação Odilon Guedes:

Odilon contextualizou a importância da discussão sobre o Orçamento Municipal e relatou que, durante o período em que foi vereador, pôde perceber que o assunto não atrai o interesse dos vereadores principalmente por desinformação.

Ele lembrou ainda que várias revoluções no planeta ocorreram por conta da cobrança de impostos, da distribuição de recursos. Na revolução americana, por exemplo, a questão dos impostos foi central. No Brasil, a Inconfidência Mineira teve como mote a cobrança de impostos atrasados. E a Guerra dos Farrapos, a mais longa da América do Sul, também foi motivada pela cobrança de impostos.

E sobre a atual realidade brasileira, Odilon destacou alguns aspectos:

- Quem ganha até 2 salários mínimos para 49% de impostos. E quem ganha mais de 30 salários compromete 26% de impostos. Ou seja, proporcionalmente, quem ganha menos paga muito mais impostos. Como os impostos são indiretos, as pessoas não se dão conta. Nos EUA e na Inglaterra, a maioria dos impostos é direta, é mais fácil perceber.

- O ITR (imposto territorial rural) arrecadado em todo o Brasil, durante o ano inteiro, é menor do que o IPTU da cidade de São Paulo!

- Imposto sobre herança no Brasil é 4%. Nos EUA, é 47%.

Sobre o processo orçamentário, Odilon ressaltou informações como:

- É baseado na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município. No caso de São Paulo, a partir de agora, deve considerar o Programa de Metas. O processo orçamentário deve constar do PPA (Lei Federal) e da LDO.

- É igual para o Brasil inteiro, todos os estados e cidades. Há algumas particularidades, como no caso de São Paulo – a Lei orgânica pode ter alterações, desde que não interfira na Constituição Federal.

Orçamento 2009

Odilon Guedes destacou alguns números que constam na proposta do Orçamento Municipal de São Paulo para 2009, apresentada pela Prefeitura à Câmara no último dia 30 de setembro. **(as tabelas com os valores estão em anexo)**

E destacou alguns pontos que precisam ser esclarecidos, como:

- Receita da dívida ativa (quem deve para o município): R\$ 31,3 bi. Em 2009, a proposta é arrecadar 45 milhões. (em 2008, era 300 milhões). Os grandes devedores são as empresas, mas os nomes não podem ser divulgados.

- A previsão total do Orçamento 2009 é de R\$ 29,4 bi. Mas o número é uma estimativa e, dependendo dos impactos da crise financeira internacional, por exemplo, ele pode ser reduzido.

- Remanejamento: A proposta é que o percentual de remanejamento do Orçamento permaneça em 15%, descontados os valores referentes ao pagamento de pessoal. Isso significa que o prefeito poderá mexer em R\$ 4,5 bi sem consultar a Câmara. A Câmara autoriza esse percentual ano a ano. Quanto maior, maior também o poder do Executivo.

- O orçamento começa a ser pensado em abril ou maio do ano anterior. Agora, mês de outubro, os vereadores estão no momento de apresentar emendas, não há grandes possibilidades de mudanças. E o prefeito pode vetar tudo.

- As audiências públicas são obrigatórias, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Subprefeituras: o dinheiro repassado pela Prefeitura é para manutenção, zeladoria. A informação de quanto cada secretaria destina à cada área não está disponível. Mas a Câmara pode solicitar essa informação! Oded questionou se é possível fazer um pedido explícito para o Executivo informar os números de cada área, por subprefeitura. Odilon informou que sim, via Câmara, mas não há um prazo definido para respostas. Precisamos de uma assessoria jurídica para conhecer esses prazos, as obrigações. Saber o que fazer em caso de descumprimento.

Questionamentos:

Padre Ticão perguntou se, na proposta de Orçamento, a Prefeitura diz exatamente onde vai aplicar cada parte do dinheiro. Odilon respondeu que esse detalhamento fará parte do Programa de Metas, que será apresentado em até 90 dias após a posse. As metas terão se ser quantitativas e regionais, por subprefeitura e distrito.

Maurício lembrou que seria importante termos a informação sobre o que vai sobrar em capacidade de investimento para cada área para sabermos o que dá para efetivamente para propor, o que vamos priorizar.

Georges complementou que, com exceção da Educação e da Saúde, que têm percentuais fixos, as demais estão sem parâmetros.

Para Caci, os movimentos que já têm propostas já podem apresentar suas demandas aos vereadores.

Oded lembrou que o Tribunal de Contas do Município (TCM) se propôs a nos ajudar na análise técnica do Orçamento.

Samantha fez um relato sobre a análise feita pelo GT de Educação sobre a proposta orçamentária para 2009. Segundo ela, sobre as creches, a maior parte das verbas vai para os convênios. Os recursos para formação continuada são muito baixos. E não tem previsão de recursos para o Plano Municipal de Educação. Além disso, os gastos com a administração da Educação são muito altos – 1/5 dos recursos da área, cerca de R\$ 1 bilhão para 2009.

Odilon sugeriu que o movimento retome a prática de cada secretário ir à Câmara para explicar o orçamento. Isso acontecia na época da ex-prefeita Luiza Erundina.

Carlos Vaz destacou que é preciso acionar mais o Ministério Público, já que 5 das 10 propostas apresentadas pelo Movimento Nossa São Paulo aos candidatos à Prefeitura são cobranças de leis.

Oded lembrou ainda que, no ano que vem, a idéia é que, a cada 60 dias, organizemos um encontro na câmara para apresentarmos projetos e debatermos.

Maurício reforçou que a capilaridade do movimento é fundamental inclusive para a cobrança do Programa de Metas. Para isso é preciso pensar nos contatos, nas estratégias, para dar base ao debate.

E Gilberto sugeriu que no dia 3 de fevereiro de 2009, primeiro dia efetivo da nova legislatura, todos compareçam à Câmara.

Outros informes:

Gustavo sugeriu como pauta da próxima reunião a Conferência Nacional de Comunicação Social.

Maurício vai enviar para todos o esquema do planejamento estratégico, que será realizado nos dias 17 e 18 de novembro.
